

FUNDAÇÃO ANTONIO PRUDENTE

Notas explicativas às demonstrações financeiras - (Em milhares de Reais)

(continuação)

lação tributária e filantrópica. Os atendimentos foram realizados na instituição, ao seu público alvo, sem qualquer discriminação ou preconceito de clientela, quer seja por religião, etnia, sexo, condição social, gênero, idade ou qualquer outra característica.

16 Patrimônio líquido - Representa o patrimônio inicial da Fundação, acrescido dos superávits apurados anualmente desde a data de sua constituição, bem como de doação de imóveis. A Fundação, como pessoa jurídica de duração indeterminada, não tem prazo nem condições de extinção, mas se, por circunstância de força maior, ficar impossibilitada de realizar seus objetivos, havendo sua extinção ou dissolução, seu eventual patrimônio remanescente será destinado a uma instituição pública ou a uma entidade congênera, registrada no Conselho Nacional de Assistência Social, mediante deliberação por maioria absoluta de votos do Conselho Curador, em sua derradeira reunião, referendada pelo órgão competente do Ministério Público. Igual destino terá o patrimônio, em caso de extinção compulsória, nos termos da legislação em vigor, em termos do artigo 31 do estatuto da instituição. • **Reserva de reavaliação** - Constitui, em decorrência das reavaliações de bens do ativo imobilizado com base em laudo de avaliação elaborado por peritos avaliadores independentes. A reserva de reavaliação está sendo realizada por depreciação ou baixa dos bens reavaliados contra superávits acumulados. A Fundação baseada na CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07, parágrafo nº 38, optou por manter a reserva de reavaliação até sua efetiva realização. • **Remuneração da administração** - O Estatuto Social da Fundação possui previsão de não remuneração dos membros do Conselho Curador e da Diretoria Executiva. Dessa forma, a Fundação não concede nenhum tipo de remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes foram atribuídas pelos respectivos atos constitutivos. **17 Receita operacional** - Abaixo apresentamos a conciliação entre a receita bruta e as receitas apresentadas na demonstração do resultado do exercício.

	2014	2013
Convênios	864.671	738.592
Glosas	(19.272)	(15.255)
Cancelamentos	(5.918)	(5.405)
Descontos	(20)	(414)
	839.461	717.518
Particulares	52.128	31.277
Cancelamentos	(5.053)	(4.089)
Descontos e Abatimentos	(3.452)	(2.344)
	43.623	24.844

SUS (Sistema Único de Saúde)	48.087	41.704
Receita com atividade hospitalar	931.171	784.066

Atividade de Ensino		
Ensino	7.832	7.369
Bolsas Lato Sensu	-	(134)
	7.832	7.235

18 Outras receitas operacionais		
	2014	2013
Receitas com aluguel de imóveis	1.884	1.528
Creditos NF Paulista - Pesquisa	1.509	1.374
Receita com venda de imobilizado	2.562	2.109
Receitas diversas	1.550	2.712
Atualização Valor Justo Propriedade para Investimento	-	5.764
	7.505	13.487

19 Despesas administrativas e gerais		
	2014	2013
Pessoal e Encargos Sociais	48.369	40.706
Serviços de Terceiros	14.711	16.604
Provisão para Devedores Duvidosos (nota 5)	23.558	8.105
Outras Despesas	3.574	3.170
Despesas com Marketing	8.752	7.886
Consumo e Utilidades	3.624	2.906
Despesas com provisão para contingências	1.732	204
	104.120	79.581

20 Resultado financeiro		
	2014	2013
Receitas Financeiras		
Receitas sobre aplicações Financeiras	53.072	25.424
Juros e descontos obtidos	144	535
Variações monetárias	520	1.680
	53.736	27.639

Despesas Financeiras		
Juros	(2.032)	(2.547)
Outras	(458)	(481)
Variações monetárias	(596)	(116)
	(3.086)	(3.144)
	50.650	24.495

21 Instrumentos financeiros - Gerenciamento de riscos financeiros - A Fundação apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos

financeiros: • Risco de crédito • Risco de liquidez • Risco de mercado • Risco de taxa de juros - Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Fundação a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Fundação, políticas e processos para manutenção e gerenciamento de risco. **Estrutura do gerenciamento de risco** - As políticas de gerenciamento de risco da Fundação são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Fundação. **Risco de crédito** - Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Fundação caso um cliente ou contraparte ou de instituições financeiras depositárias de recursos de investimentos financeiros falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de convênios e SUS e em títulos de investimento. Para mitigar esses riscos, a Fundação adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, gerenciamento no processo de revisão prévia de glosas junto aos convênios médicos e constituição de provisão para perdas em créditos duvidosos assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Fundação somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de rating e aplicações em títulos de renda fixa. Com relação aos valores a receber de convênios e particulares a Fundação constitui provisão para perdas julgada suficiente para cobrir eventuais inadimplências. Com relação as contas a receber do SUS o risco é minimizado por tratar-se de contas a receber de órgãos públicos cujos valores e limites de repasses de recursos estão pré definidos em contrato. **Exposição a riscos de crédito** - O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Nota	2014	2013
Caixa e Equivalente de Caixa		12.707	6.852
Aplicações Financeiras	4	585.248	399.488
Contas a Receber de Cliente	5	156.347	148.008
Direitos de Prestação de Serviços	6	39.367	37.191
Adiantamentos Diversos		8.676	4.940
Outras contas a receber		2.687	1.187
Total		805.032	597.666

Risco de taxa de juros - Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Entidade era:

	2014	2013
Instrumentos de taxa variável		
Ativos financeiros - CDI		
Aplicações financeiras	585.247	399.488

Passivos financeiros - TJLP

Financiamentos 50.821 54.726

A entidade mantém parcela substancial de suas aplicações financeiras indexadas à variação do CDI. Em 31 de dezembro de 2014, a Entidade apresentava o montante de R\$ 585.247 em aplicações financeiras remuneradas em CDI. A expectativa de mercado, conforme dados retirados no Banco Central do Brasil, com data base em 31 de dezembro de 2014 indicava uma taxa mediana do CDI estimada em 12,5%, cenário provável para o ano de 2015, ante a taxa efetiva de 10,8% verificada no ano de 2014. Adicionalmente, a Entidade mantém seus financiamentos com o BNDES. Em 31 de dezembro de 2014 a Entidade apresentava o montante a pagar de R\$ 50.821 em financiamentos remunerados a TJLP. A expectativa de mercado, conforme dados retirados do Banco Central do Brasil com base em 31 de dezembro de 2014 indicava uma taxa de TJLP estimada em 5,5%, cenário provável para o ano de 2015, ante a taxa efetiva de 5% verificada no ano de 2014. Assim sendo, demonstramos abaixo a nossa análise de sensibilidade para os indexadores de CDI e TJLP:

	Cenário I - Cenário I - provável deterioração de 10%	Cenário II - deterioração de 20%
Taxa efetiva anual do CDI de 2014	10,80%	10,80%
Aplicação	585.247	585.247
Taxa anual estimada do CDI para 2015	12,50%	13,75%
Efeito no instrumento financeiro:		
Impacto	9.949	17.265
Taxa efetiva anual do TJLP de 2014	5,00%	5,00%
Financiamentos	50.821	50.821
Taxa anual estimada do TJLP para 2014	5,50%	6,05%
Efeito no instrumento financeiro:		
Impacto	254	534

Risco de liquidez - Risco de liquidez é o risco em que a Fundação irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A abordagem da Fundação na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ou vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Fundação. A Fundação apresentava em 31 de dezembro de 2014 um saldo de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras resgatáveis a curto prazo de R\$ 580.535 frente a um passivo circulante total na mesma data base de R\$170.166 que representa uma liquidez livre de R\$ 410.369 (liquidez livre de R\$ 276.189 em 2013). As maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida está demonstrada abaixo.

	2014					
	Valor contábil	6 meses ou menos	06-12 meses	1 - 2 anos	2-5 anos	5-8 anos
Passivos financeiros não Derivativos						
Financiamentos	50.821	7.528	5.363	11.878	26.189	15.864
Fornecedores	77.583	77.583	-	-	-	-
Total	128.404	85.110	5.363	11.878	26.189	15.864

	2013					
	Valor contábil	6 meses ou menos	06-12 meses	1 - 2 anos	2-5 anos	5-8 anos
Passivos financeiros não Derivativos						
Financiamentos	54.726	5.000	5.460	12.891	31.927	22.004
Fornecedores	67.199	67.199	-	-	-	-
Total	121.925	72.199	5.460	12.891	31.927	22.004

Gerenciamento de risco de pagamento antecipado - Condições Restritivas Financeiras (covenants): Determinados contratos de empréstimos, financiamentos da Fundação estão sujeitos a condições restritivas, contemplando cláusulas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos. A Administração da Fundação acompanha tempestivamente esses indicadores, como forma de monitoramento e remediação com as instituições financeiras envolvidas, quando necessário. Em 31 de dezembro de 2014, os índices financeiros contratuais foram atendidos. **Risco de mercado** - Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros têm nos ganhos da Fundação, no valor de suas participações em instrumentos financeiros ou na possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos serviços prestados pela Fundação e dos demais insumos utilizados no processo de prestação do serviço. Essas oscilações de preços e taxas podem provocar alterações nas receitas e nos custos da Fundação. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. Esse risco é mitigado uma vez que o principal componente do custo refere-se custo de pessoal fixado em moeda nacional e de acordo com o dissídio das categorias. Com relação as taxas de juros, visando à mitigação desse tipo de risco, a Fundação centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham a variação do CDI em certificado de depósito interbancário e fundos de renda fixa. Nas taxas de câmbio o risco também é mitigado uma vez que a Fundação possui reduzida parcela de aquisição de materiais em moeda estrangeira, bem como contas a receber ou aplicações em moeda estrangeira. **Gestão de capital** - A política da Administração da Fundação é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração da Fundação procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável. Em 31 de dezembro de 2014 a Fundação possuía um saldo de caixa e equivalente de caixas e aplicações financeiras superior ao total de dívidas registradas em seu passivo. Veja demonstrativo abaixo:

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	597.955
(-) Total do passivo	(170.166)
Saldo líquido de caixa e equivalentes de caixa e aplicações	427.789
Patrimônio líquido	1.061.565

Com base no cálculo acima é possível verificar que a Fundação possui um excedente de caixa de R\$ 427.789 frente a sua dívidas totais. Dessa forma, nenhuma parcela do seu patrimônio líquido está associada ou comprometida a uma obrigação. Os valores justos dos ativos e passivos financeiros quando comparados aos valores contábeis apresentados na demonstração da posição financeira não apresentam variações. **Hierarquia de valores justos** - Os ativos registrados a valor justo por meio do resultado são avaliados segundo as regras de hierarquização do pronunciamento CPC 40 (R1), conforme abaixo: • **Nível 1** - Preços cotados em mercados ativos para

ativos idênticos. • **Nível 2** - Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (nos ajustes) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis e que podem ser utilizadas de forma indireta (derivados dos preços). • **Nível 3** - Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significativas para definição do valor justo dos ativos e passivos. O processo de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros da Entidade está classificado como Nível 2. Os saldos contábeis das contas a receber de clientes, menos a provisão para devedores duvidosos, outros créditos, fornecedores, empréstimos e financiamentos e outras obrigações estão próximos de seus valores justos. Não houve alteração no processo de mensuração do valor justo e nos níveis de hierarquia durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

22 Cobertura de seguros - Em 31 de dezembro de 2014 a cobertura de seguros de equipamento era de R\$ 41.762, o seguro predial era de R\$ 342.762, R\$ 50.000 para responsabilidade Civil e R\$ 81 para veículos, totalizando o montante de R\$ 434.605.

Diretoria	
José Hermilio Curado Presidente da Diretoria Executiva	
Luiz Fernando Corrêa de Toledo Contador CRC ISP168463-0	

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Diretores da Fundação Antônio Prudente
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Fundação Antonio Prudente ("Fundação"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras** - A Administração da Fundação é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes** - Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Fundação para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Fundação. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião** - Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação Antonio Prudente em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado** - Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Fundação, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada em todos os aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2015